



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 56ª
(QUINQUAGÉSIMA SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 23 DE JUNHO DE 2009.**

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Wilson Lima a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 117-Suplemento, de 02/07/2009, juntamente com a ata sucinta da 56ª Sessão Ordinária.)

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 11ª Sessão Extraordinária;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

- Ata da 53ª Sessão Ordinária;

- Ata da 55ª Sessão Ordinária.

Consulto o Plenário se há disposição para apreciarmos os projetos que estão na pauta e os projetos acordados, especialmente o que trata do passe livre. Gostaria de saber se podemos dispensar os Comunicados de Líderes e de Parlamentares para iniciarmos o processo de votação.

Consulto o Deputado Batista das Cooperativas.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, na condição de Líder do Bloco Independente, uma vez que o Deputado Rogério Ulysses ainda não está na Casa, não tenho nada a opor. Acho que deveríamos ir direto à votação. Lembro que, na última votação, trabalhamos muito em cima dos vetos do PDOT. Dessa forma, eu gostaria que, na medida do possível, voltássemos a apreciar os vetos e, de preferência, que o votássemos na sequência. Votamos até o Item nº 12, se não me engano.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela liderança do Democratas, não tenho nada a opor.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por já estarmos no cronograma de votação da LDO, estamos abreviando as questões legislativas. No final do mês, teremos uma sessão comemorativa aos delegados do Distrito Federal. Sete delegados serão homenageados. Dessa forma, peço que V.Exa. inclua na pauta os PDLs nºs 318, 323, 322, 321, 320, 319 e o PDL nº 326, todos do ano de 2009.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. Solicito à Assessoria de Plenário a inclusão dos respectivos PDLs na pauta.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, esta Casa se sente muito feliz em contar hoje com a participação de centenas de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

estudantes nesta sessão. Esses estudantes estão aqui lutando para que o transporte público seja realmente público, lutando pelo direito ao passe livre.

Portanto, Sr. Presidente, sugiro, como o projeto não está na Ordem do Dia, que nós o incluamos. Há uma série de emendas em discussão e há acordo sobre a maioria delas. Então, que possamos apresentá-lo e apreciá-lo ainda hoje, em respeito aos nossos estudantes, aos jovens que aqui estão. Que eles possam sair desta Casa, hoje, com esta vitória e dizer: “Enfim, conseguimos o passe livre”.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e inclui na Ordem do Dia o PL nº 1.245, que trata do passe livre. Deputada Erika Kokay, perguntei aos Líderes se eles abririam mão da falação, para que pudéssemos iniciar o processo de votação.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou abrir mão da fala no espaço destinado aos Comunicados de Parlamentares, mas como já foi acatada por V.Exa. a solicitação da Deputada Erika Kokay de colocar na Ordem do Dia o projeto do passe livre, eu só gostaria de colocar para este Plenário – isto diz respeito aos estudantes – uma nota de empenho no valor de R\$ 2.957.000,00 (dois milhões novecentos e cinquenta e sete mil reais), do Governo do Distrito Federal, com dispensa de licitação para contratação, para as escolas públicas do Distrito Federal, de 7.562 assinaturas do veículo de comunicação *Correio Braziliense*.

Não que eu tenha algo contra o *Correio Braziliense*, mas existem outros meios de comunicação, como o *Jornal de Brasília*, o *Jornal da Comunidade*, o *DF Notícias* e outros que poderiam, juntamente com o *Correio Braziliense*, fazer um tipo de veículo de comunicação voltado para as escolas. Do contrário, Sr. Presidente, haverá uma média de quase 10 assinaturas por escola pública. Temos 620 escolas. Como será a metodologia didática de utilização desses jornais nas escolas públicas?

Há também, Sr. Presidente, com dispensa de licitação pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, com nota de empenho, R\$ 442.000,00 (quatrocentos e quarenta e dois mil reais) para com a Revista *Veja*, da Editora Abril. Nada contra a Revista *Veja*, Deputado Geraldo Naves, mas por que não a revista *Carta Capital* nas escolas? Outros veículos de comunicação. Por que direcionar apenas para um veículo de comunicação?

Então, eu gostaria de saber por que o Governo fez isso, inclusive com dispensa de licitação. Qual a emergência que o Governo teve para fechar um único meio de comunicação, o *Correio Braziliense* e a Revista *Veja*? Não tenho



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

nada contra esses dois veículos, mas é claro que não é democrático e de direito. Os outros veículos, tanto em nível nacional como local, também poderiam ser contemplados.

Era o que eu tinha a dizer.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a inclusão, na Ordem do Dia de hoje, dos PDLs nºs 146, 147, 148 e 149, de 2008, e do PDL nº 312, de 2009.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um esclarecimento e, ao mesmo tempo, uma solicitação ao Deputado Cabo Patrício, com relação à questão sobre onde estariam veiculando o dinheiro de publicidade: o Secretário de Comunicação está aberto para esclarecimentos. Quando o PT estiver no Governo, evidentemente, poderá indicar os jornais e a mídia a ser feita. Por enquanto, a mídia é do Governo, e o Secretário Wellington Moraes está à disposição de S.Exa. para dizer qual é o critério adotado para a divulgação. Tenho certeza de que foi pautado, como sempre, na responsabilidade da divulgação.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Obrigado, Deputado Geraldo Naves.

Esta Presidência registra, com muita satisfação, a presença do Conselheiro Paulo César Ávila, Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e informa ao Plenário que estávamos, há pouco, dando abertura ao seminário sobre a questão das técnicas de gestão administrativa e fiscal. Todas as jurisdicionadas do Governo estavam presentes, juntamente com os técnicos da Câmara e do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Portanto, meus cumprimentos aos Conselheiros do Tribunal de Contas por mais esse seminário, chamado SEMAT.

Aproveito para registrar também a presença do Deputado Alírio Neto, nosso Secretário de Justiça, ex-Presidente desta Casa, que muito nos honra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Comunico a este Plenário que temos previsão de sessão para hoje, amanhã e para quinta-feira. A nossa expectativa é votarmos a LDO na próxima terça-feira e encerrarmos os trabalhos do semestre.

Informo que alguns Parlamentares não apresentaram seus projetos, e outros só possuem um projeto na Ordem do Dia. Portanto, aqueles Deputados que têm apenas um projeto, como eu e os Deputados Chico Leite, Raimundo Ribeiro, Paulo Tadeu, Milton Barbosa, Rogério Ulysses, Cabo Patrício, e Aylton Gomes, poderão apresentar mais um projeto para ser apreciado. Os Deputados que já têm dois projetos são: Batista das Cooperativas, Bispo Renato, Rôney Nemer, Brunelli, Deputada Jaqueline Roriz e Deputado Paulo Tadeu. Não consta na Ordem do Dia nenhum projeto da Deputada Erika Kokay.

Repito, então, que aqueles que não têm nenhum projeto poderão encaminhá-lo ainda hoje à Assessoria de Plenário para que, a partir de amanhã, ele possa figurar na Ordem do Dia.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós temos nesta Casa uma CPI, a CPI Digital, que conta com o número regimental de assinaturas – aliás, para além de regimental; apenas o Regimento Interno foi adequado a uma decisão do Supremo Tribunal Federal – para que possa ser instalada.

Segundo o Regimento Interno, nós temos prazo de 5 dias para que os partidos ou blocos indiquem seus representantes. É preciso deixar claro que é a única CPI que está publicada. Inclusive, já foi publicada a proporcionalidade dos blocos e partidos.

O Partido dos Trabalhadores já indicou seus membros para a CPI. Esse prazo de 5 dias se exauriu na última sexta-feira. O Regimento Interno – V.Exa. conhece tão bem quanto eu, ou até melhor; se não conhecesse, não poderia estar ocupando a Presidência da Casa – determina que, se os blocos ou partidos não indicarem seus membros, é dever de ofício – repito: é dever de ofício – da Presidência da Casa indicar, respeitada a proporcionalidade já divulgada e publicada, os membros componentes dessa CPI.

Portanto, Sr. Presidente, cabe a V.Exa., como diz o Regimento Interno, indicar os membros que não foram ainda indicados pelos partidos e pelos blocos. V.Exa. deve saber, tratando-se de uma pessoa que é bastante informada, que inclusive há uma decisão de suspensão do contrato do Governo do Distrito Federal com essa instituição, uma instituição, Sr. Presidente, que vai receber 135 milhões



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

de reais em 5 anos e que apresentou uma movimentação por volta de 200 mil reais, se não me falha a memória.

Portanto, nitidamente, essa instituição não está adequada e tem servido, como já houve nesta cidade com outras instituições, para subcontratar ou para contratar empresas, muitas delas envolvidas em graves irregularidades. Portanto, Sr. Presidente, urge que se construa e se instale essa CPI. Depende apenas de V.Exa. indicar os membros que ainda não foram indicados, ou de os partidos o fazerem, como não fizeram no prazo hábil de 5 dias.

Então, nós estamos apresentando uma questão de ordem para que V.Exa., Sr. Presidente, possa indicar os membros que representam partidos e blocos, de acordo com a proporcionalidade, a fim de que nós possamos instalar a CPI de que a cidade, a moralidade e a ética precisam.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Eu queria dizer à Deputada Erika Kokay que tenho conhecimento, sim, de que cabe a mim, como Presidente da Casa, fazer as indicações. A questão, Deputada Erika Kokay, é que nós temos apenas uma semana para concluir os trabalhos que temos na pauta de votação.

Nós temos 40 vetos para apreciar, temos 48 projetos, se considerarmos 2 projetos de cada Deputado, e temos uma demanda de aproximadamente 32 projetos de autoria do Poder Executivo.

Creio que, se nós fizéssemos a instalação de uma CPI, neste momento em que estamos discutindo esse grande volume de projetos que são relevantes para que possamos encerrar o semestre legislativo, talvez não fosse oportuno, e a própria CPI poderia ocupar todo o foco de discussão e prejudicar os trabalhos em andamento nesta semana.

Eu queria pedir uma pouco de paciência aos Deputados, para que nós pudéssemos nos ater à pauta e, após o recesso, fazermos nova discussão. Eu não tenho conhecimento da indicação, aliás tenho informação de que apenas a Liderança do Partido dos Trabalhadores fez a indicação. Isso para evitar que haja uma indicação e esses Deputados, que têm o direito de recusar ou não a indicação, não estejam disponíveis ou dispostos a trabalhar pela CPI, em função do volume de trabalho dos Deputados da Casa – uns ocupam a Mesa, outros ocupam liderança e outros são presidentes de comissão.

Eu acho que seria importante que, durante o recesso, nós pudéssemos discutir essa questão não apenas com os Líderes, mas também com todos os Deputados desta Casa, para que a CPI, ao ser instalada, possa produzir os efeitos desejados. Essa é a única preocupação, Deputada Erika Kokay.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero saudar o Presidente do Tribunal que está nos visitando para nos trazer a mensagem do Plano de Carreira e Salários, que será lido em breve. Quero cumprimentar S.Exa. pelo trabalho desempenhado à frente do Tribunal.

Quero também lembrar que hoje é aniversário do Deputado Benedito Domingos, Deputado decano na política. Quero congratular S.Exa. por este dia e pelo trabalho que tem prestado ao Distrito Federal.

Sr. Presidente, eu quero solicitar que seja expedida por esta Casa uma moção de protesto ao Supremo Tribunal Federal contra a aprovação da medida que deixa de exigir o diploma de nível superior de jornalismo ao profissional que exerce a atividade jornalística.

Sr. Presidente, essa decisão do Supremo mexeu profundamente com os profissionais da área de jornalismo que sempre lutaram pela profissão em todo o País. Na época da ditadura, a categoria sofreu seriíssimas restrições ao exercício da profissão. Meu pai, por exemplo, não queria que eu fosse jornalista, não! Ele não queria que eu estudasse jornalismo, porque ele tinha medo da repressão, de eu ser até morto no tempo da ditadura.

Agora, a categoria sofre novamente um golpe à sua integridade com a decisão arbitrária da Suprema Corte do nosso País, a quem respeito muito, mas acho que está andando na contramão da história.

O pior não é comparar o jornalista com o profissional da cozinha, que é uma profissão digna como outra qualquer, o pior é dizer que um jornalista não precisa de diploma para o exercício da sua profissão. Não falo simplesmente pelo fato de ter um papel, mas pelo que o diploma representa para qualquer carreira ou profissional que ficou longos anos se aperfeiçoando para o sublime exercício de uma profissão que escolheu.

O profissional da imprensa, como qualquer outro profissional, entra na vida acadêmica cru, sem noções distintas de ética e profissionalismo, e lá na faculdade, durante os longos anos, adquire esse perfil essencial ao exercício da profissão que escolheu. O jornalista é, acima de tudo, um profissional que tem que ter muita noção de ética e de compromisso com a sociedade. A vida acadêmica lhe garante um mínimo de conhecimento para o exercício de uma atividade essencial à nossa sociedade. Como podemos arriscar o exercício de uma atividade tão importante sem a preocupação e o comprometimento ético no uso dos meios de comunicação?

O exemplo de Hitler, que usou o meio de comunicação e a sua persuasão para manipular uma sociedade em prol dos seus próprios interesses. Isso um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

jornalista não faria nem permitiria pelo simples fato de ter em sua formação conteúdo de grande importância ética e profissional.

Por tudo isso, eu não poderia deixar de manifestar meu descontentamento e apreensão, ao passo em que conclamo meus nobres pares à aprovação dessa moção.

Sr. Presidente, com todo o respeito que tenho à Suprema Corte do meu País, com todo o respeito que tenho pelas competentes pessoas que estão lá, fica a minha indignação e o meu protesto contra essa decisão arbitrária que elas tomaram.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Está registrada a solicitação de V.Exa.

Deputada Erika Kokay, esta Presidência vai cumprir o Regimento e tem o interesse de que os fatos sejam esclarecidos, e a CPI seja instaurada. A nossa preocupação é que, com base no art. 54 do nosso Regimento, se a Presidência fizer a indicação, e os Deputados não a aceitarem ou a rejeitarem, o que é um direito que o Parlamentar tem, em 10 dias, a CPI estará sepultada.

Leio o inciso II do art. 54 para V.Exa. As Comissões da Câmara Legislativa são permanentes e temporárias.

“II - temporárias, as criadas para apreciar determinado assunto e que se extinguem ao término da legislatura, ou antes dele, quando alcançado o fim a que se destinam ou expirado o prazo de duração, ou ainda se a sua instalação não se der nos dez dias seguintes à sua constituição.”

Ou seja, se eu fizer o ofício e determinar, e nesses 10 dias as pessoas indicadas não aceitarem, a CPI estará extinta. Então, o nosso objetivo não é protelar absolutamente nada, é garantir que aqueles deputados que efetivamente forem indicados possam exercer e assumir a CPI.

Portanto, peço a V.Exa. que possamos apreciar isso durante um prazo maior, para que não nos surpreendamos com o encerramento da CPI antes do seu início.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu digo apenas que a CPI conta com as assinaturas regimentais, assinaturas de representantes de vários blocos e partidos. Obviamente não me passa a ideia, ou não consigo dialogar com a ideia de que os Parlamentares que colocaram a assinatura no requerimento possam não estar de acordo, ou estabelecer esse nível de boicote à própria CPI.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Na medida em que os partidos não indicaram os seus representantes na CPI, eles estão delegando à Presidência da Casa a possibilidade de que ela venha fazê-lo. Estão delegando à Presidência da Casa a sua representação, pelo que está no Regimento, que parto do pressuposto que todos os Deputados conhecem.

Eu sugiro que V.Exa. dialogue com os blocos e os partidos, porque tenho absoluta certeza de que encontraremos 4 membros desta Casa que representam os diversos partidos e estarão dispostos a efetivamente cumprir a função precípua desta Casa, que é uma função, inclusive, de fiscalização. Os fatos pululam na imprensa e pululam provocando uma comoção na sociedade de que esta Casa realmente vá adiante naquilo que já foi sugerido e que já está estabelecido.

Então, eu sugeriria, Sr. Presidente, que pudéssemos voltar a esta discussão amanhã, quando apresentarei um requerimento para que o Regimento seja cumprido, porque a questão do recesso não é impedimento. No recesso, os trabalhos são suspensos, não há qualquer tipo de impedimento. E V.Exa. sabe, até porque já participou de CPIs, que uma CPI não entra em choque com os trabalhos ordinários desta Casa.

Então, eu sugeriria que V.Exa. fizesse gestões nesse sentido hoje e que amanhã retomássemos essa discussão.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – A Presidência está aberta a fazer a discussão permanentemente.

Temos a pauta trancada e a discussão a respeito do passe livre. São várias as emendas que estão sendo discutidas e apreciadas também neste momento. No decorrer da sessão, enquanto os Deputados apreciam as emendas do passe livre, sugiro que avancemos nos vetos do PDOT, que fazem parte do primeiro item da Ordem do Dia. Consulto os Líderes sobre essa possibilidade de encaminhamento.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, faço outra questão de ordem, obviamente submetida ao conjunto.

Temos para discutir por volta de 15 emendas do passe livre. Para grande parte delas, há acordo. O projeto sai bem melhorado desta Casa, independentemente do resultado final dessas emendas. Mas eu sugeriria que, neste momento, apreciássemos os projetos de parlamentares e até projetos do Poder Executivo em que não haja polêmica e, de certa forma, corrigíssemos o erro que houve nesta Casa ao não se discutirem os vetos do PDOT previamente.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	06	2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Então sugiro, Sr. Presidente, que apreciemos os projetos de parlamentares, que, ao todo, são 48. Temos poucos dias para avaliá-los. Grande parte deles não tem parecer de comissão. Não há impedimento a que apreciemos os vetos, mas o Poder Executivo encaminhou 30 projetos que teremos de analisar ainda. Alguns nem estão na Casa, mas já são colocados como prioridade.

Então, que apreciemos os projetos de parlamentares para termos a oportunidade de discutir a posição dos parlamentares acerca dos vetos e construir consensos, acordos e dar celeridade. Votamos, ao que me parece, 14 vetos e ainda temos 44 para serem apreciados. Caso condensássemos essa votação, a partir de uma discussão prévia, acho que a Casa ganharia. A sugestão que faço é que não venhamos a discutir os vetos, porque senão entraremos na discussão de análise um a um, já que não houve discussão prévia. Eu temo que não tenhamos condições operacionais de vencer uma pauta que, até agora, está em 78. Obviamente discutiremos os projetos de prioridade do Executivo, mas já são 78 projetos além dos vetos. No total são 137 projetos.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, entendi o que foi colocado por V.Exa. para que busquemos uma análise consensual, mas a Casa tem pressa. Temos muitos projetos a serem votados, como já foi dito por V.Exa. Na semana que vem, estaremos em recesso, logicamente, se vencermos a questão da LDO, e existem vários vetos, a Deputada Erika Kokay sabe disso, nos quais há consenso.

Então busco o encaminhamento dado por V.Exa. inicialmente de que os vetos que tenham consenso sejam votados como na última votação, e eu, o Deputado Rôney Nemer e a Deputada Erika Kokay estaremos discutindo, sanando dúvidas e até, a exemplo da votação passada, votando alguns em bloco quando houver, logicamente, consenso.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Eu só queria fazer a sugestão aos Líderes, Deputada Erika Kokay, em relação ao passe livre e tentar um acordo para que as emendas que fossem consensuais pudessem ser apreciadas no primeiro turno, junto com o projeto do primeiro turno. As emendas que não tiverem consenso seriam apreciadas no segundo turno, porque, pelo menos, na pior das hipóteses, votaríamos o primeiro turno hoje.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em princípio, acho que temos que votar o passe livre hoje. É consenso: votar o passe livre hoje. Não há nenhum problema que possamos seguir o encaminhamento proposto por V.Exa.

Entretanto, eu acho que os estudantes estão aqui não apenas para ver a aprovação em primeiro turno, mas para ver aprovado o passe livre, inclusive com a sua redação final. Que apreciemos o primeiro e o segundo turnos e a redação final, para que eles possam voltar às suas casas com essa conquista assegurada. Não há dificuldade em apreciar, dessa forma, o primeiro turno, mas eu gostaria que finalizássemos ainda hoje, para impedir que haja outro deslocamento, outro esforço da parte deles para presenciar a posição desta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Eu só quero consultar V.Exa. se essa lógica vale para toda a pauta.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que o mais importante é haver tempo para analisar as emendas. Há vários Parlamentares apresentando emendas a esse projeto do passe livre. Os estudantes estão presentes. Acho que é importante, efetivamente, votarmos.

Eu queria aproveitar para fazer um protesto, Sr. Presidente, e pedir a solidariedade de V.Exa., a da Mesa Diretora e a dos nobres Pares. Ontem o Deputado Milton Barbosa, em reunião com o Governador, reclamou do descaso do Executivo em relação às nossas ações e até a algumas assinadas pelo próprio Governador.

Ontem à noite, eu e o Deputado Dr. Charles fomos a uma audiência pública no Buritinga sobre o projeto urbanístico do Vicente Pires, ao qual ninguém consegue ter acesso. A Terracap e a Seduma não mandaram representantes. É um desrespeito muito grande dessas duas instituições, um desrespeito total às atividades. Não é a primeira vez, não. Em outras audiências, de minha autoria ou de outro Parlamentar, elas não têm enviado representante.

Vou fazer um requerimento e pedir à Deputada Jaqueline Roriz, na qualidade de Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, que aprovemos uma convocação da Terracap e da Seduma com o projeto de regularização do Vicente Pires. Não sei o que eles estão escondendo, que a população não pode ver. Pode ver, mas não pode ter o projeto. Sou da área, arquiteto urbanista. A população é quem vai morar. Ela tem de participar de todo o procedimento, de todo o processo.

Obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência se solidariza com V.Exa., Deputado Rôney Nemer. Solicito que V.Exa. formalize seu protesto à Mesa Diretora para que possamos comunicar, em nome da Presidência, a indignação da Casa como um todo em relação à postura do Executivo, sobre a qual nos informou V.Exa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 117-Suplemento, de 02/07/2009, juntamente com a ata sucinta da 56ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Rôney Nemer fez alusão a uma conversa minha, ontem, com o Governador Arruda, em que coloquei com todas as letras, vírgulas e pontos, que há uma dificuldade muito grande para exercitar as atividades do mandato. E o Deputado Rôney Nemer, ontem à noite, sofreu na carne apenas uma parte dela.

Eu disse na reunião que não se atende telefone. O Antônio Gomes é um mestre nisto: não atende telefonema de ninguém. Remarca audiência, acha que é dono do mundo. Embora a Dra. Mônica esteja sempre presente para atender nossos pleitos, na Seduma, também não se consegue andar. É difícil, é muito difícil.

Deputado Rôney Nemer, eu gostaria de assinar esse requerimento de convocação do Presidente da Terracap hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Eu gostaria de pedir aos estudantes para aguardarem, porque as emendas ao projeto do passe livre estão sendo apreciadas. Já estão terminando e, tão logo fique pronto, esse será o primeiro item a ser apreciado. Porém, é preciso que haja ordem.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Deputado Rôney Nemer, se V.Exa. trouxer o requerimento hoje, sairei daqui satisfeito, porque vou assiná-lo com todos os prazeres possíveis.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, minha solicitação de uso da palavra diz respeito a uma boa notícia para as estudantes e para os estudantes. Hoje, na Comissão de Constituição e Justiça, aprovamos um projeto de nossa autoria, obrigando os estabelecimentos de ensino superior, as faculdades a oferecerem estacionamento gratuito aos seus estudantes. É uma questão fundamental e, pelo valor das mensalidades, há evidência de que isso esteja embutido nelas.

Vamos trazer a plenário, se Deus quiser, ainda este semestre, esse projeto, para que os estudantes e as estudantes universitárias possam ter o seu estacionamento. Já há algumas faculdades que oferecem. Não há problema que haja estacionamento pago, mas em número suficiente, para os universitários e as universitárias é necessário que se ofereçam vagas, pela segurança e por uma série de outros motivos, com a finalidade da educação.

Sr. Presidente, também fizemos hoje a reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, podendo anunciar aos colegas que aquela Comissão não tem projetos pendentes. Não há instrumento legislativo pendente.

Eu queria fazer um agradecimento, de público, aos colegas e às colegas que fazem parte da Comissão. Quero fazer um agradecimento, de público, a todos que sempre acolheram os convites e estiveram sempre presentes. É graças aos colegas dos mais variados partidos e blocos que nós conseguimos hoje colocar absolutamente em dia a Comissão de Defesa do Consumidor.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Chico Leite, conforme convocação de V.Exa., eu estive lá às 14h30min e esperei, mas não houve *quorum*. Precisei atender algumas pessoas e depois me dirigi ao plenário. Porém, não costumo faltar a nenhuma das reuniões. Quero até assinar a folha de presença.

DEPUTADO CHICO LEITE – Perfeito, Deputado Wilson Lima. Temos inclusive a justificativa de V.Exa.

Houve um problema da coincidência da inquirição do Sr. Secretário de Saúde, que ultrapassou a raia das 15 horas neste plenário, e a nossa reunião, que estava marcada para as 14h30min. Foi preciso realizá-la entre a inquirição do Secretário de Saúde e a abertura desta sessão plenária. Recebemos a justificativa de V.Exa. e informo que hoje estiveram presentes, além deste Parlamentar, o Deputado Cristiano Araújo e o Deputado Raad Massouh.

Quero registrar que, realmente, V.Exa. tem sido um guerreiro na luta em defesa do consumidor nesta Casa.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	06	2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito a V.Exa. que peça à secretária daquela Comissão para trazer a folha de presença, possibilitando que eu a assine.

DEPUTADO CHICO LEITE – Pois não, Deputado Wilson Lima. Está registrada a solicitação de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Parlamentares para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Estão presentes 14 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

Esta Presidência, após consultar o Plenário, que abriu mão dos Comunicados de Líderes, dos Comunicados de Parlamentares e da apreciação dos vetos, passará à Ordem do Dia.

Portanto, estão encerrados os Comunicados de Líderes e de Parlamentares. A pauta está desobstruída por decisão dos Líderes.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item nº 7:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.798, de 2005, de autoria do Deputado Brunelli, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da aplicação de selo higiênico reciclado em latas de alumínio de cervejas, refrigerantes, sucos e similares”.

Relatores: Deputado Cabo Patrício - CES

Deputado - CCJ

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Educação e Saúde, proferido pelo Deputado Cabo Patrício. No entanto, este não foi apreciado, considerando que foi concedido vista à Deputada Erika Kokay. Vencido o prazo, eu coloco em discussão o parecer da Comissão de Educação e Saúde.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.798, de 2005, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da aplicação de selo higiênico reciclado em latas de alumínio de cervejas, refrigerantes, sucos e similares”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do referido projeto, acatando o substitutivo apresentado.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.798, de 2005.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito inversão de pauta para que se coloque em votação o Item nº 17.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Item nº 17:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 251, de 2007, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que “institui o dia da saúde e segurança no trabalho, a ser comemorado no dia 28 de abril de cada ano”.

Tramitação já concluída.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 251, de 2007.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 13:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 604, de 2007, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “concede isenção do pagamento de contas de energia elétrica no caso que especifica”.

Relatores: Deputada Erika Kokay - CES
Deputado - CEOF
Deputado - CCJ

A Presidência designa o Deputado Milton Barbosa para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde sobre a matéria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação e Saúde ao Projeto de Lei nº 604, de 2007, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “concede isenção do pagamento de contas de energia elétrica no caso que especifica”.

No âmbito da Comissão de Educação e Saúde, compete à referida comissão, resumidamente, julgar ou apreciar os méritos das matérias que são de sua competência, e isso vale também para a Comissão de Assuntos Sociais.

Nós somos pela admissibilidade do projeto porque, de fato, é meritório. Porém, tenho sérias dúvidas quanto à constitucionalidade dele, mas como a Comissão aprecia somente o mérito, neste caso votamos pela aprovação do referido projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Geraldo Naves para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Geraldo Naves, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 604, de 2007, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “concede isenção do pagamento de contas de energia elétrica no caso que especifica”.

Somos pela admissibilidade do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria apenas de informar que há um debate neste momento do Colégio de Líderes sobre as emendas ofertadas ao projeto do passe livre.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência designa o Deputado Raad Massouh para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Raad Massouh, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 604, de 2007, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “concede isenção do pagamento de contas de energia elétrica no caso que especifica”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do projeto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 14:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 974, de 2008, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que “dispõe sobre a instituição do diário escolar eletrônico para os professores da rede pública de ensino”.

Relatores: Deputada Erika Kokay - CES

Deputado - CCJ

A Presidência designa o Deputado Milton Barbosa para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde sobre a matéria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Educação e Saúde ao Projeto de Lei nº 974, de 2008, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que “dispõe sobre a instituição do diário escolar eletrônico para os professores da rede pública de ensino”.

No âmbito da Comissão de Educação e Saúde, sou pela aprovação do projeto por entender que, quanto ao mérito, devo aprová-lo. É de um alcance muito grande o que o Deputado Paulo Tadeu dispôs nesse projeto, que é a criação do diário escolar eletrônico para os professores da rede pública de ensino.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Educação e Saúde. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Brunelli para emitir parecer sobre a matéria. (Pausa.) S.Exa. já saiu.

(Assume a Presidência o Deputado Milton Barbosa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 974, de 2008, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que “dispõe sobre a instituição do diário escolar eletrônico para os professores da rede pública de ensino”.

No âmbito desta comissão, somos pela aprovação do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 14 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. me incumbiu de chamar os Deputados que se encontram na sala do cafezinho para virem ao plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – V.Exa. há de entender que os Deputados estão apreciando as emendas dos projetos na sala do cafezinho.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Tudo bem, mas vamos chamá-los para virem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 30:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.002, de 2008, de autoria do Deputado Bispo Renato, que “acrescenta os artigos 141-a e 141-b à Lei nº 2.105, de 8 de outubro de 1998, que dispõe sobre o Código de Edificações do Distrito Federal e dispõe sobre a instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar nas novas edificações do Distrito Federal”.

Relatores: Deputado Cabo Patrício - CAF

Deputado - CCJ

A Presidência designa o Deputado Benício Tavares para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Benício Tavares, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei nº 1.002, de 2008, de autoria do Deputado Bispo Renato, que “acrescenta os artigos 141-a e 141-b à Lei nº 2.105, de 8 de outubro de 1998, que dispõe sobre o Código de Edificações do Distrito Federal e dispõe sobre a instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar nas novas edificações do Distrito Federal”.

No âmbito desta Comissão, somos pela aprovação do projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 14 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Milton Barbosa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.002, de 2008, de autoria do Deputado Bispo Renato, que “acrescenta os artigos 141-a e 141-b à Lei nº 2.105, de 8 de outubro de 1998, que dispõe sobre o Código de Edificações do Distrito Federal e dispõe sobre a instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar nas novas edificações do Distrito Federal”.

No âmbito desta Comissão, somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 14 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 16:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 775, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “dispõe sobre a criação do sistema cicloviário no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

Relatores: Deputado Wilson Lima - CAS
Deputado Leonardo Prudente - CAF
Deputado - CCJ

A Presidência designa o Deputado Benício Tavares para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Benício Tavares, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei nº 775, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “dispõe sobre a criação do sistema cicloviário no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

Sr. Presidente, no âmbito desta Comissão, somos pela aprovação do referido projeto de lei.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CAF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Milton Barbosa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 775, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “dispõe sobre a criação do sistema cicloviário no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	06	2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Sr. Presidente, o nosso parecer é pela admissibilidade. É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO BISPO RENATO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que sejam incluídos na Ordem do Dia o Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2008, e a Moção nº 377, de 2009.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa.

Item nº 18:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.218, de 2009, de autoria do Deputado Rogério Ulysses, que “institui o Estatuto da Juventude no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu não tenho, a princípio, nada contra a criação do Estatuto da Juventude no âmbito do Distrito Federal, mas eu gostaria que pudéssemos ter uma discussão mais aprofundada acerca disso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa.

Item nº 21:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 731, de 2008, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, que “cria a Política de Saúde da Mulher Detenta”.

Relatores: Deputado Cabo Patrício - CES

Deputado - CDDHCEDP

Deputado - CCJ

A Presidência designa o Deputado Milton Barbosa para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde sobre a matéria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação e Saúde ao Projeto de Lei nº 731, de 2008, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, que “cria a Política de Saúde da Mulher Detenta”.

Este projeto de lei é altamente meritório. No âmbito da Comissão de Educação e Saúde, encaminho pela sua aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Erika Kokay para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Erika Kokay, que emita parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre a matéria.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar ao Projeto de Lei nº 731, de 2008, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, que “cria a Política de Saúde da Mulher Detenta”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

O projeto diz respeito à criação de uma política de saúde para a mulher detenta. Nesse sentido, propõe como objetivo aumentar a cobertura, a concentração e a qualidade do pré-natal; melhorar a assistência ao parto e ao recém-nascido; melhorar o acesso às ações de planejamento familiar; garantir o acesso aos métodos anticoncepcionais reversíveis; diminuir o índice de mortalidade materna; aumentar o índice de aleitamento materno; ampliar as ações de detecção precoce e controle do câncer de colo de útero e de mama. Além de tudo isso, estabelece parcerias com outros setores para o controle de DST/AIDS.

O projeto é extremamente meritório. As mulheres são, via de regra, abandonadas, tornam-se invisíveis, muitas delas com crianças. As crianças permanecem com as mães até os 6 meses de idade. Aqui não estamos falando só da saúde da mulher, mas de saúde materno-infantil, para que possamos assegurar também o direito dos nossos meninos e meninas que nascem com as mães em restrição de liberdade.

Portanto, Sr. Presidente, o parecer que emito pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar é favorável, fazendo elogios à iniciativa da Deputada Jaqueline Roriz, porque essas mulheres não têm acesso a exames de prevenção de câncer de colo de útero, de prevenção ou detecção precoce de câncer de mama. Existe uma exceção: somente têm acesso quando chegam ali os caminhões do Integra, porque aí se exerce essa função.

Portanto, Sr. Presidente, o parecer é favorável.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Solicito ao Deputado Raad Massouh que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 731, de 2008, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, que “cria a Política de Saúde da Mulher Detenta”.

Sr. Presidente, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça é favorável.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 731, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Convido o Deputado Bispo Renato a secretariar os trabalhos da Mesa.

Item nº 24:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.152, de 2009, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que “altera a Lei nº 4.011/2007, que dispõe sobre os serviços de transporte público coletivo integrante do Sistema de Transporte do Distrito Federal, instituído pela Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências para incluir a cobrança de tarifa diferenciada por horário (tarifa-corujão) para o uso dos serviços de transporte”.

Relatores: Deputado Paulo Tadeu - CAS

Deputado - CCJ

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Solicito ao Deputado Wilson Lima que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.152, de 2009, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que “altera a Lei nº 4.011/2007, que dispõe sobre os serviços de transporte público coletivo integrante do Sistema de Transporte do Distrito Federal, instituído pela Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências para incluir a cobrança de tarifa diferenciada por horário (tarifa-corujão) para o uso dos serviços de transporte”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, o parecer é pela admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Deputado Rogério Ulysses que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.152, de 2009, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que “altera a Lei nº 4.011/2007, que dispõe sobre os serviços de transporte público coletivo integrante do Sistema de Transporte do Distrito Federal, instituído pela Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências para incluir a cobrança de tarifa diferenciada por horário (tarifa-corujão) para o uso dos serviços de transporte”.

No âmbito desta Comissão, somos pela admissibilidade do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Esta Presidência inclui como item extrapauta o Projeto de Lei nº 1.287/2009.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.287, de 2009, de autoria dos Deputados Leonardo Prudente e Paulo Tadeu, que “dispõe sobre o comércio de artigos de conveniência e prestação de serviços de utilidade pública em farmácias e drogarias do Distrito Federal”.

Solicito ao Deputado Cabo Patrício que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde sobre a matéria.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação e Saúde ao Projeto de Lei nº 1.287, de 2009, de autoria dos Deputados Leonardo Prudente e Paulo Tadeu, que “dispõe sobre o comércio de artigos de conveniência e prestação de serviços de utilidade pública em farmácias e drogarias do Distrito Federal”.

No âmbito desta Comissão, somos pela admissibilidade do projeto na sua totalidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CES. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Solicito ao Deputado Rogério Ulysses que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria. (Pausa.)

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, consulto os Parlamentares, os Líderes principalmente, se podemos votar o passe livre dos estudantes. Já são 17h40min e a maioria dos estudantes do ensino médio aqui presentes tem que retornar para a sua cidade. Se já houver acordo sobre todas as emendas, poderíamos iniciar a votação do projeto em primeiro e segundo turnos para liberarmos os alunos.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	06	2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Solicito a V.Exa. e aos estudantes um pouco de paciência, porque fizemos uma emenda liberando o horário e o itinerário para utilização do passe livre. Já estamos terminando. Essa emenda será apresentada em nome de todos os Parlamentares, a fim de que os estudantes possam utilizar o passe fora do horário de escola e em itinerários diferenciados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Deputado Rogério Ulysses que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.287, de 2009, de autoria dos Deputados Leonardo Prudente e Paulo Tadeu, que “dispõe sobre o comércio de artigos de conveniência e a prestação de serviço de utilidade pública em farmácias e drogarias, no âmbito do Distrito Federal”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do projeto, tendo em vista que a matéria trata de relação de consumo. Não há, portanto, nenhum vício de constitucionalidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, em primeiro turno.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer coro com os Parlamentares que estão pedindo a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

apreciação do projeto do passe livre. Acho que poderíamos apreciá-lo neste momento. Eu gostaria também de pedir a inclusão, na pauta de votação da próxima quinta-feira, do PL nº 985, de 2008, e, a pedido do Governo, também do PL nº 1.191.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Item nº 29:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.140, de 2009, de autoria do Deputado Dr. Charles, que “institui a semana de prevenção bucal no calendário de eventos oficiais do Distrito Federal”.

Relatores: Deputada Eurides Brito - CES

Deputado - CCJ

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Solicito ao Deputado Wilson Lima que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação e Saúde ao Projeto de Lei nº 1.140, de 2009, de autoria do Deputado Dr. Charles, que “institui a semana de prevenção bucal no calendário de eventos oficiais do Distrito Federal”.

No âmbito da Comissão de Educação e Saúde, somos pela admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Solicito ao Deputado Wilson Lima que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.140, de 2009, de autoria do Deputado Dr. Charles, que “institui a semana de prevenção bucal no calendário de eventos oficiais do Distrito Federal”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, em primeiro turno.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 31:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 74, de 2007, de autoria do Deputado Aylton Gomes, que “dispõe sobre o estágio de estudantes de cursos superiores de Assistência Social e de Artes de instituições públicas e particulares do Distrito Federal em clínicas pediátricas ou casas de atendimento a crianças portadoras do vírus HIV ou de câncer e em asilos públicos”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber a possibilidade de incluir na pauta alguns PDLs.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Os outros PDLs já foram apreciados?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Serão votados em bloco?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Isso.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.245, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivo da Lei nº 239, de 10 de fevereiro de 1992”.

Solicito ao Deputado Paulo Tadeu que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, neste momento, passaremos à apreciação do projeto que trata do passe livre estudantil.

Chamo a atenção dos nobres Deputados, bem como dos estudantes e dos representantes das entidades estudantis que aqui se encontram, para a construção da proposta a partir da apresentação de emendas pelos Parlamentares. Praticamente todas as emendas obtiveram um acordo para apreciação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.245, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivo da Lei nº 239, de 10 de fevereiro de 1992”.

Foram apresentadas 12 emendas, Sras. e Srs. Parlamentares.

Sr. Presidente, acaba de chegar as minhas mãos mais uma emenda. É importante que ela seja protocolada no processo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência autoriza V. Exa. a apreciar a emenda.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria que fossem lidas as emendas, para nós sabermos se todas estão contempladas. Há uma emenda que está sendo protocolada agora.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Deputado Paulo Tadeu acompanhou, e S.Exa. é do Partido dos Trabalhadores.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Provavelmente nós abramos mão de uma emenda em função de outra, por isso gostaria que fossem lidas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU – Vamos à leitura das emendas. Peço atenção do Plenário com relação a elas.

Emenda nº 1, de vários Parlamentares. Quanto a esta emenda, há acordo entre a base do Governo e a Oposição.

“Adite-se ao art. 21 da Lei nº 239/1992, na redação proposta pelo art. 1º do Projeto de Lei em epígrafe, o seguinte parágrafo:

§ 4º A gratuidade de que trata este artigo fica denominada de passe livre estudantil.”

Emenda nº 2. Há acordo entre a Liderança do Governo e a Oposição.

“Art. 2º A gratuidade de que trata a Lei referida no art. 1º é extensiva a todas as modalidades de transporte público coletivo de passageiros, inclusive quando operados por micro-ônibus, metrô ou veículo leve sobre trilho ou sobre pneus.”

Portanto, neste caso, o passe livre está sendo adotado em todo o sistema de transporte público.

Emenda nº 3. Há acordo também entre a Liderança do Governo e a Oposição.

“Art. 2º O Poder Executivo divulgará na internet, até o último dia útil do mês subsequente, relatório com avaliação e dados da execução do passe livre estudantil.”

Portanto, a emenda confere transparência, para que todos possam acompanhar a execução desse projeto.

Emenda nº 4. Há acordo, também, entre as lideranças do Governo e da Oposição.

“Parágrafo único. Na regulamentação desta Lei, serão ouvidas todas as entidades estudantis devidamente legalizadas, bem como os representantes do Movimento do Passe Livre.”

Portanto, todos serão ouvidos na regulamentação.

Emenda nº 5. Esta emenda também tem acordo entre a Liderança do Governo e a Oposição. Diz assim:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

“Art. 2º O art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 2.370, de 6 de maio de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único. O direito a que se refere o *caput* estende-se aos estudantes:

I - que estejam realizando estágio obrigatório, computando-se o trajeto residência-escola-estágio-residência para esse fim;

II – de cursinhos pré-vestibulares populares ou alternativos, com regular funcionamento no Distrito Federal;

III – de curso de pós-graduação presencial;

IV – matriculados em programas sociais de erradicação do trabalho infantil.”

Emenda nº 6. Há acordo também entre as lideranças do Governo e a Oposição.

“Art. 2º Fica criado o Comitê do Passe Livre Estudantil, com competências consultivas e fiscalizadoras, definidas no respectivo Regimento Interno, que deverá assegurar a realização periódica de audiências públicas com os estudantes.

§ 1º O Comitê é integrado pelos seguintes representantes, sem direito à remuneração:

I - cinco do Governo do Distrito Federal;

II - um da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

III - quatro representantes de entidades estudantis, sendo:

a) um indicado por entidade de âmbito nacional dos alunos de curso superior em funcionamento no Distrito Federal;

b) um indicado por entidade de âmbito nacional dos alunos de ensino médio em funcionamento no Distrito Federal;

c) um indicado por entidade de âmbito distrital dos alunos de curso superior;

d) um indicado por entidade de âmbito distrital dos alunos de ensino médio;

IV - um representante do Movimento do Passe Livre no Distrito Federal.

§ 2º Havendo mais de uma entidade estudantil, a indicação recairá naquela mais antiga.”

Portanto, há acordo nessa proposta.

Emenda nº 7. Há acordo entre o Governo, a Liderança do Governo e a Liderança da Oposição.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

“Art. 2º O uso indevido do passe livre estudantil ou sua obtenção por meio ilegal, apurado em processo administrativo, sujeita o infrator à perda do benefício no semestre letivo da ocorrência da infração.”

Emenda nº 8. Não há acordo com a Liderança do Governo e com o Governo. A emenda diz o seguinte:

“Art. 2º O estudante do ensino superior ou do ensino médio faz jus, mensalmente, a quatro passes adicionais para serem usados nos finais de semana, independentemente do itinerário ou empresa”.

Emenda nº 9, de autoria do Deputado Brunelli. Não há acordo entre o Governo, a Liderança do Governo e a Oposição, mas o autor a apresentou. É importante e democrático que ela seja discutida. Ela diz o seguinte (art. 1º, inciso III):

“III - Para usufruto do benefício referido no art. 1º desta Lei, fica obrigado à apresentação do cartão de passe livre estudantil emitido pelas entidades estudantis e autenticado através de declaração de escolaridade e cartão de frequência pelos respectivos estabelecimentos de ensino público ou privado, por meio de ficha cadastral emitida pelas entidades estudantis para obtenção da mesma, que contenha os dados qualificativos do aluno de série, turma e turno.

§ 1º (...)

§ 2º (...)

§ 3º O Cartão do Passe Livre Estudantil será expedido pelas entidades estudantis com sede no Distrito Federal e constituídas legalmente há mais de dez anos.

§ 4º São critérios para o credenciamento de que trata o parágrafo anterior:

I - Nada-consta da Receita Federal e Distrital;

II - Certificado de Regularidade do Governo do Distrito Federal;

III - Ata de constituição da entidade e da atual diretoria;

IV - Cartão do CNPJ;

V - Nada-consta junto aos órgãos do GDF do Presidente e do Tesoureiro da entidade.

§ 5º A cobrança pela emissão do Cartão do Passe Livre Estudantil fica restrita somente às entidades classificadas nos critérios de que trata os parágrafos 3º e 4º deste artigo.”

Como eu já disse, essa emenda não tem acordo.

Emenda Aditiva nº 10, de vários Parlamentares:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

“Adite-se ao art. 21 da Lei nº 239/1992, na redação proposta pelo art. 1º do Projeto de Lei em epígrafe, o seguinte inciso:

III - gratuidade às pessoas com deficiência”.

Quanto a essa emenda, há acordo entre o Governo, a Liderança do Governo e a Oposição. Portanto, estende-se a gratuidade às pessoas com deficiência.

Emenda nº 11, de vários Parlamentares:

“Dê-se ao art. 4º do projeto de lei a seguinte redação:

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, principalmente a Lei nº 2.994, de 11 de junho de 2002; Lei nº 1.585, de 24 de julho de 1997; Lei nº 2.819, de 19 de novembro de 2001; Lei nº 2.564, de 7 de julho de 2000; Decreto nº 23.234, de 20 de setembro de 2002; 23.819, de 4 de junho de 2003 e 30.457, de 9 de junho de 2009”.

Sobre essa emenda, não há acordo nem com Liderança do Governo nem com a Oposição.

Sobre essa emenda, não há acordo nem com a Liderança do Governo nem com a Oposição.

Há acordo entre a Liderança do Governo e a Oposição sobre a Emenda Aditiva de Plenário nº 12, de autoria de vários Deputados, que diz:

“Acrescente-se o inciso III ao art. 21 do Projeto de Lei nº 1.245/2009, a seguinte expressão: Inciso III – A gratuidade referida no inciso II se estenderá a qualquer horário e qualquer itinerário, dentro do limite comprovado pelo estudante.” Portanto, o estudante poderá usar o passe livre em qualquer itinerário ou horário.

Não há acordo com relação à Emenda Aditiva nº 13, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, que chegou agora no final e acrescenta o § 4º ao art. 21 do Projeto de Lei nº 1.245, de 2009, com a seguinte redação:

“§ 4º A gratuidade a que se refere o inciso II deste artigo será estendida aos estudantes das séries finais do ensino fundamental e do ensino médio, 16 (dezesesseis) vezes ao mês, no turno inverso ao período de regência de classe, para o cumprimento de atividades escolares complementares.”

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, faço apenas uma retificação na emenda: “ensino fundamental, médio e superior”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Paulo Tadeu, solicito a V.Exa. que diga as emendas acatadas.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Ainda farei isso, Sr. Presidente. Estou primeiro, conforme questão de



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	06	2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

ordem, lendo as emendas e dizendo sobre quais há acordo e sobre quais não há. O parecer será dado logo em seguida.

Então, faço a retificação da Emenda nº 13, sobre a qual não há acordo:

“A gratuidade a que se refere o inciso II deste artigo será estendida aos estudantes das séries finais do ensino fundamental e do ensino médio e superior, 16 (dezesseis) vezes ao mês, no turno inverso ao período de regência de classe, para o cumprimento de atividades escolares complementares.”

Não há acordo sobre esta emenda.

Sr. Presidente, neste momento passo a proferir o parecer.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos favoráveis ao Projeto de Lei nº 1.245, de autoria Poder Executivo, acatadas as seguintes emendas, todas acordadas: a Emenda nº 1; a Emenda nº 2; a Emenda nº 3; a Emenda nº 4; a Emenda nº 5; a Emenda nº 6; a Emenda nº 7; a Emenda nº 8, apesar de não haver acordo; a Emenda nº 10; e a Emenda nº 12.

A Emenda nº 13 foi apresentada por último, trata do acréscimo de 16 vezes ao mês, e não há acordo com relação a ela.

As emendas rejeitadas, Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, são: a Emenda nº 9, porque passa para as entidades estudantis, para duas entidades estudantis, toda a administração desse importante instrumento público que é o passe livre. Eu entendo e nós entendemos que ela tem de continuar com o Poder Executivo, e não apenas com duas entidades do movimento estudantil. Por isso não estamos de acordo com ela. Estamos rejeitando essa emenda, Sr. Presidente.

Somos pela rejeição da Emenda nº 11 porque ela não trata de passe livre, trata de transporte escolar privado. Portanto, no nosso entendimento, tem de estar num projeto em separado, e não neste projeto, porque este projeto trata de passe livre, e não de transporte escolar.

Estou acatando a Emenda nº 13, de acordo com a negociação feita, e dando a Emenda nº 8 por prejudicada porque já está contemplada na Emenda nº 13. É bom dizer que, sobre a Emenda nº 13, não há acordo, mas este parecer a está acatando.

Sr. Presidente, vou repetir: dou por prejudicada a Emenda nº 8 porque está contemplada na outra. Rejeito a Emenda nº 9 e a Emenda nº 11. Acato todas as demais emendas, das quais a única que não tem acordo é a Emenda nº 13.

Alguma dúvida?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – As emendas nºs 9 e 11 V.Exa. rejeita. E as demais?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

DEPUTADO PAULO TADEU – A de nº 8 dei por prejudicada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A de nº 8 está prejudicada, e a de nº 13?

DEPUTADO PAULO TADEU – A de nº 13 não está acordada, mas a estou acatando. Todas as demais estão acordadas.

É o meu parecer: favorável, portanto, a esta matéria. Lembro que, sobre as outras emendas, não houve acordo sequer para virem ao Plenário.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PSDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quanto à Emenda nº 13, a prejudicialidade da Emenda nº 8 é porque acrescentamos 16 passes livres ao mês que podem ser usados pelos estudantes em horários alternativos, que não o inverso ao da escola.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

Concedo a palavra ao Deputado Brunelli.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já pedi o destaque da Emenda nº 9 e da Emenda nº 11 e quero discutir.

Tenho aqui, em mãos, um abaixo assinado da UMESB e da FEUB com mais de 9 mil assinaturas para que haja o credenciamento dessas entidades. As entidades precisam ter algo mais plural e não ficar numa questão singular da mais antiga, para que haja essa discussão, para que haja um fato mais democrático e os estudantes possam até escolher qual carteirinha vão pagar: se uma carteirinha mais barata ou mais cara. Então estamos aqui vendo essa questão.

A Emenda nº 11, Sr. Presidente, trata de um problema que está acontecendo no transporte escolar privado. Volto a falar: transporte escolar privado em que todas as pessoas que têm a possibilidade de comprar uma Kombi, uma van, um ônibus podem ser credenciadas pelo DETRAN para gerar emprego e também para pegar alunos na escola particular e levá-los a sua casa.

Nesta Casa, infelizmente, em 2002, cometeu-se um erro, eu acho, um erro que precisa ser consertado, quando foi votada e transformada a Lei nº 2.994, que hoje tenho em mãos. Uma ADIN colocada pelo ministério Público, uma aberração. Deputados, peço o apoio de V.Exas. no destaque. Um Deputado desta Casa votou, teve a oportunidade de ser governador e sancionou esta lei, que coloca um cartel na cidade, em que o Sindicato do Transporte Escolar Particular fecha essa questão, não dando autorização para ser lícitado. A coisa privada não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

pode ser licitada, tem de ser autorizada, e a coisa pública tem de ser licitada, como a concessão.

Então, quero pedir aos nobres Deputados desta Casa apoio para as Emendas nº 9 e nº 11, que estão trazendo uma justiça plural a esta Casa. Estaríamos fazendo com que as pessoas que têm a oportunidade de gerar empregos saíssem da clandestinidade com dignidade, porque o artigo 136 do Código de Trânsito dá todas as regulamentações para que isso aconteça. Está descrito, é só aplicar a legislação vigente. Estamos falando de Direito Público, e o Direito Público só pode ser feito baseado naquilo que está escrito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, achávamos que o texto contemplava uma emenda que, na verdade, não havia. Então, para que não ficasse nada para trás, eu pediria a V.Exa. que o Relator, o Deputado Paulo Tadeu, pudesse apresentar esse parecer que trata de um importante item da questão dos deficientes.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Relator, Deputado Paulo Tadeu, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais apenas sobre a Emenda nº 14.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais à Emenda nº 14 relativa ao Projeto de Lei nº 1.245, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivo da Lei nº 239, de 10 de fevereiro de 1992”.

Esta emenda modificativa, de autoria de vários Parlamentares, diz o seguinte no seu §3º: “O controle do quantitativo do número de estudantes e pessoas com deficiência beneficiadas pela gratuidade prevista no inciso II será efetuado pelo Transporte Urbano do Distrito Federal DFTrans, que emitirá mensalmente demonstrativos com os valores discriminados por operador do serviço básico do sistema de transporte público coletivo do Distrito Federal.”

Esta emenda procura, portanto, dar transparência à utilização desse benefício.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, aditamos ao nosso parecer a Emenda nº 14, à qual somos favoráveis. Portanto, somos pelo seu acatamento. É esse o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, meu pronunciamento é a respeito das Emendas nº 9 e nº 11. Uma delas estabelece o procedimento da emissão da carteirinha, do cartão do passe livre por entidades estudantis e concentra em algumas entidades. Isso gerou nesta Casa uma solicitação, da qual constou o número regimental de assinaturas para a instauração de uma CPI, em virtude de todas as denúncias que surgiram à época. Então, não temos como aceitar.

Achamos que é prerrogativa do Executivo fazer o cadastramento. Por meio de uma emenda de autoria de vários Deputados, uma emenda conjunta, estamos assegurando, conforme acordo, inclusive com a Líder do Governo, que haja um processo de transparência, que seja disponibilizado na Internet o nome dos beneficiários, que haja a participação das entidades estudantis no processo de regulamentação da lei e que haja um comitê ou um conselho em que possa haver a participação, inclusive, dos estudantes. Então, achamos que o Executivo, com o controle e com a democratização das informações – há acordo sobre isso com o Governo –, está no tamanho certo de assegurar o direito.

Com relação à segunda emenda, até não tenho problema no sentido do projeto, que é estabelecer uma democratização e tirar o monopólio do que seriam os transportes escolares. O sentido do projeto é correto. Contudo, é um assunto completamente extemporâneo, que não tem concordância com o projeto. Nós estamos discutindo o passe livre, não estamos discutindo a regulamentação de transporte escolar.

Para além disso, Sr. Presidente, revogam-se, com o projeto apresentado, todas as leis, ficando, portanto, sem qualquer tipo de regulamentação, a não ser a prevista no Código Nacional de Trânsito, que é muito genérica.

Portanto, Sr. Presidente, nós somos favoráveis ao parecer emitido pelo Deputado Paulo Tadeu, Relator e Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Embora o parecer da CAS não seja terminativo.

Continua em discussão o parecer da CAS. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (Líder do Governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as emendas apresentadas foram exaustivamente discutidas pelas Lideranças



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

presentes. O Deputado Paulo Tadeu, Relator da Comissão de mérito, já aqui se manifestou, e quanto a praticamente todas elas obtivemos acordo.

A Emenda nº 8, conforme S.Exa. disse, está prejudicada. As Emendas nºs 9 e 11 não podem ser aceitas pelos motivos que aqui já foram sobejamente ditos, mas uma delas, não pelo mérito. O mérito, o assunto precisa voltar à Casa para uma nova legislação, mas simplesmente não cabe nesse contexto.

O único encaminhamento diverso que farei – e sei que esta é a surpresa do olhar de V.Exa. – é que, quanto à Emenda nº 13, não houve acordo. Apesar de acatada pelo Relator, não houve um acordo da Liderança do Governo. Dentro dos encaminhamentos, esta emenda está no rol daquelas que o Governo orientou não poder atender porque implica questões orçamentárias não previstas.

Portanto, a bancada de Governo, só para que tomem conhecimento – evidentemente, aqui a Liderança não impõe seu voto a quem quer que seja, mas tem o dever de orientar, senão não seria Liderança –, quanto à Emenda nº 13, o Governo desaconselha a sua aprovação. Com destaque, portanto, da Emenda nº 13.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Estão destacadas as Emendas nºs 11, 9 e 13.

Em votação o parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CAS está aprovado com a presença de 20 Deputados.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência informa que as Emendas nºs 9, 11 e 13 foram destacadas para serem apreciadas na hora oportuna.

A Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Deputado Cristiano Araújo que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.245, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera o dispositivo da Lei nº 239, de 10 de fevereiro de 1992”, ressaltando as Emendas nº 9, 11 e 13, que foram destacadas, acompanha o parecer da Comissão de Assuntos Sociais.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

Por isso, somos pela admissibilidade do projeto, acatando as emendas já previamente acatadas pela Comissão de Assuntos Sociais, destacando as Emendas nºs 9, 11 e 13.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.245, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera os dispositivos da Lei nº 239, de 10 de fevereiro de 1992”, ressalvado o destaque das Emendas nº 9, 11 e 13. Somos pela admissibilidade do projeto e das emendas apresentadas, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.245, de 2009, ressalvados os destaques.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria parabenizar os estudantes que se deslocaram para a Câmara Legislativa para fazer a defesa do passe livre.

Eu também gostaria de deixar registrado o empenho do Deputado Paulo Tadeu, pois quando ninguém acreditava no Movimento do Passe Livre – e por



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

várias vezes chegaram a ridicularizá-lo –, S.Exa. apresentou um projeto que sofreu uma série de críticas, entre as quais a de constitucionalidade do projeto.

Pois bem, a pressão dos estudantes, a movimentação estudantil e o empenho dos Parlamentares envolvidos nesta causa na Câmara Legislativa obrigaram o Governo do Distrito Federal a se curvar à tese do passe livre. Hoje estamos aqui, no Poder Legislativo, recebendo do Poder Executivo uma lei que surgiu nesta Casa e que iniciou o seu debate aqui no Poder Legislativo. Por várias vezes a rodoviária do Plano Piloto foi tomada pelo Movimento do Passe Livre.

Eu quero dizer que este é o momento de nós fazermos história, porque aqui, no Poder Legislativo, foram apresentadas várias emendas por Parlamentares para melhorar e adequar o projeto e, talvez, algumas até pequem pelo excesso de boa vontade em tentar ajudar os estudantes do Distrito Federal.

Quero dizer a todos esses estudantes que aqui estão que há muito tempo eu não via uma mobilização democrática e bonita como essa que vocês estão fazendo aqui no Poder Legislativo. Parabéns a todos vocês! Eu já votei favoravelmente a alguns projetos nesta Casa, mas esse é o voto de que mais me orgulho, porque acredito que estamos fazendo justiça, já que o estudante do Distrito Federal merece respeito.

Deputado Paulo Tadeu, espero que, do mesmo jeito que V.Exa. iniciou esse debate aqui na Câmara Legislativa, nós agora debatamos o projeto da Universidade Distrital, que vários Parlamentares e alguns órgãos de imprensa questionam. Eu espero que a Universidade Distrital, que é tão importante quanto a questão do passe livre, também mereça a atenção do Governo do Distrito Federal. Que possamos aprovar a criação da referida universidade para que os jovens do Distrito Federal, ao terminar o segundo grau, tenham mais uma opção de ensino superior público, distrital, pois assim acontece na maioria dos estados.

Além disso, eu gostaria de ver também discutido nesta Casa o Estatuto da Juventude, que reserva aos jovens do Distrito Federal uma série de direitos que estão sendo colocados de lado. Essa é a discussão, Sr. Presidente, espero que possamos aprovar isso e que esses alunos saiam daqui vitoriosos na questão do passe livre.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão, ressaltados os destaques às Emendas nºs 9, 11 e 13. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	06	2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

O Projeto de Lei nº 1.245, de 2009, está aprovado.

Esta Presidência indaga aos Deputados se há acordo para votação.

Antes, porém, quero esclarecer a todos os Parlamentares que a votação dos destaques dar-se-á uma a uma.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de fazer uso da palavra para orientar a bancada sobre a Emenda nº 9: nós estamos encaminhando pela rejeição. Portanto, o voto é não!

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – V.Exa. prefere a votação nominal, Deputada?

DEPUTADA EURIDES BRITO – Não. Pode ser simbólica, porque já temos acordo.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a nossa orientação também é no sentido de rejeitar a emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o destaque à Emenda nº 9.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de forma breve, eu quero dizer que não considero correto que 2 entidades tenham monopólio da emissão da carteira.

Na realidade, eu considero que nenhuma entidade possa ter o monopólio disso. Eu sou um democrata por natureza e penso que quanto mais democrática for essa discussão, melhor ela será, porque o direito tem de ser do estudante e não do filiado a essa ou àquela entidade.

Essa é minha posição pessoal, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão a emenda destacada. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam a emenda permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 2 votos favoráveis e 18 votos contrários.

A emenda destacada foi rejeitada.

Passa-se à apreciação da Emenda nº 11 ao Projeto de Lei nº 1.245, de 2009.

Em discussão a emenda.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós somos pela rejeição da Emenda nº 11.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, como Líder do Governo, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (Líder do Governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a bancada do Governo é também pela rejeição da Emenda nº 11.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, penso que com esse cartel que está aí, não dá para continuar.

Essa questão do transporte, muitas vezes, gera suspeita e, às vezes, está muito mais para atender empresários do que para atender usuários. Eu, por exemplo, sou um defensor da cassação da concessão das empresas de ônibus do Distrito Federal.

Então, um projeto que prevê a desregulamentação quebrando cartel, por um lado é positivo. Eu não sei como seria a regulamentação imediata, a aplicação imediata disso. Por esse motivo, eu me absterei de votar essa emenda, mas sou favorável ao projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão a emenda. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam a emenda permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 2 votos favoráveis, 18 votos contrários e 1 abstenção.

A emenda destacada foi rejeitada.

Passa-se à votação da Emenda nº 13 ao Projeto de Lei nº 1.245, de 2009.

Em discussão a emenda.

Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Roriz.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PSDB. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós gostaríamos que esta emenda fosse analisada. Encaminho para que se vote pela aprovação desta emenda, porque acrescentaremos mais 16 passes livres ao mês.

A bancada do PT e alguns votos da bancada do Governo estarão conosco.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Emenda nº 13 trata do acréscimo de 16 passes para os estudantes, porque há um entendimento – que foi praticamente senso comum na Comissão Geral – de que existem atividades que são complementares e fundamentais para o desenvolvimento escolar. Cultura, lazer e esporte são absolutamente fundamentais.

Sr. Presidente, a emenda traz esse acréscimo. A nossa orientação é para se votar favoravelmente à emenda, como eu acho que é a da maioria dos Deputados, com certeza.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, como Líder do Governo, solicito a palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (Líder do Governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, uma das emendas aprovadas estendeu o horário de utilização do passe livre, exatamente para que o aluno pudesse ficar na escola, fazer seu lanche e continuar estudando, e tirou aquela draconiana hora de o aluno precisar regressar para casa.

Todos nós gostaríamos de dar o passe para os 7 dias da semana e para as 24 horas do dia, mas tudo que envolve responsabilidade financeira gera implicações nem sempre simpáticas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

Eu deixo, entretanto, livre cada parlamentar da bancada para votar de acordo com a sua consciência.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão a emenda. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o destaque permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 11 votos favoráveis e 9 votos contrários. Houve 1 abstenção, da Deputada Eurides Brito.

A emenda destacada foi aprovada.

A matéria segue a tramitação regimental.

Esta Presidência vai encerrar esta sessão e convocar sessão extraordinária para a votação em segundo turno, sem prejuízo de apreciarmos alguns itens da pauta que forem de interesse dos Deputados.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 117-Suplemento, de 02/07/2009, juntamente com a ata sucinta da 56ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que coloque em votação a Moção nº 391 e a Moção nº 392, de minha autoria. Elas já são para sexta-feira próxima e estão atrasadas.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a proposta é que votemos imediatamente o projeto em segundo turno, transpondo a Ordem do Dia para a sessão extraordinária, para que possamos apreciar os vetos. Portanto, o encaminhamento é que V.Exa. encerre esta sessão, convoque nova sessão extraordinária para votação do projeto em segundo turno e transponha toda a Ordem do Dia para a sessão extraordinária. E



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

que os Deputados façam a discussão no segundo turno e, se possível, com declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a sua solicitação.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu peço que coloque como item extrapauta um requerimento que acabamos de assinar, de iniciativa do Deputado Rôney Nemer, que convoca o Presidente da TERRACAP e o Secretário do Desenvolvimento Urbano.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato sua solicitação. Peço à Mesa para numerar o requerimento.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu solicitei a V.Exa. a inclusão do Projeto de Lei nº 1.191, de 2009, e do Projeto de Lei nº 985, de 2008, na pauta de quinta-feira, e V.Exa. não me disse se defere ou indefere o meu pedido, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – V.Exa. quer votar o requerimento?

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Peço a inclusão do Projeto de Lei nº 1.191, de 2009, e do Projeto de Lei nº 985, de 2008, na pauta da próxima quinta-feira.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato o seu pedido. Está deferido.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Muito obrigado.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar a Terceira Secretaria e toda a sua equipe na pessoa do Deputado Milton Barbosa e, de forma toda especial, a Diretoria Legislativa e a Comissão dos Anais e Memórias pelo trabalho que foi feito, consolidando tudo o que se fez no projeto “A Câmara Mais Perto de Você” na cidade de Ceilândia. De uma forma completa, todos os pronunciamentos e todas as solicitações estão consolidados em um único caderno, que será distribuído a todos os Deputados. Portanto, Deputado Milton Barbosa, receba os cumprimentos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

desta Presidência pelo brilhante trabalho que a Terceira Secretaria e toda a sua equipe vêm conduzindo.

Aproveito a oportunidade para parabenizar o Deputado Benedito Domingos. Faço aqui uma saudação muito especial ao nosso líder maior, nosso decano, nosso orientador, nosso professor, nosso querido Deputado Benedito Domingos. Que Deus abençoe V.Exa. rica e abundantemente por mais este ano de vida!

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 391, de 2009, de autoria do Deputado Raad Massouh, que “manifesta votos de louvor e parabeniza pelos relevantes serviços prestados à comunidade os artistas e colaboradores que menciona no âmbito do Distrito Federal.”

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 392, de 2009, de autoria do Deputado Raad Massouh, que “manifesta votos de louvor e parabeniza pelos relevantes serviços prestados à comunidade as pessoas que menciona do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as moções permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As moções estão aprovadas com a presença de 20 Deputados.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.648, de 2009, de autoria de vários Deputados, que “requer a convocação do Presidente da TERRACAP, bem como do Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano, para a apresentação do projeto urbanístico de Vicente Pires – RA XXX”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o requerimento; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	06	2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.
(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 06 2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	52



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 23/06/2009

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM ☐ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☒ TURNO ÚNICO

☐ REDAÇÃO FINAL EM / / 2009

☐ PARECER ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO ☐ FAVORÁVEL PROJETO ☐ COM EMENDA(S) ☐ ANEXO

☐ EMENDAS AP. NºS _____ ☐ EMENDAS REJ. NºS _____

☐ CCJ ☐ CEOP ☐ CAS ☐ CDDHCEDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CES ☐ CSEG ☐ CDESCTMAT ☐ M.DIR. ☐ COM.ESP.

☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

☐ PROJETO DE LEI Nº(S) _____

☐ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____

☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____

☐ RECURSO Nº (S) _____

☒ REQUERIMENTO Nº (S) 1648/09

☐ OUTROS _____

☐ VOTO EM SEPARADO ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO _____

Autor: Deputado(a): _____ ☐ Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES	PMN				X	
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BISPO RENATO	PR		X			
	BRUNELLI	DEM		X			
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM		X			
	TOTAL	---	20	03		01	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP.
CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ _____ Nº _____ / _____

FOLHA Nº _____



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	06	2009	16h10min	56ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis, 3 votos contrários.

Está aprovado.

Como nós havíamos anunciado, encerraremos esta sessão e convocaremos sessão extraordinária para apreciação do item que trata do passe estudantil, sem prejuízo da pauta, como já mencionado pelo Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria da atenção de V.Exa. porque foi solicitada aqui pelo Deputado Rogério Ulysses a inclusão, na Ordem do Dia da sessão de quinta-feira, do Projeto de Lei nº 1.191 e do Projeto de Lei nº 985. São 2 projetos de autoria do Poder Executivo. Em relação ao Projeto de Lei nº 1.191, nós solicitamos uma série de informações.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, incluir esses projetos na pauta não significa que iremos votá-los. O pessoal está pedindo para votarmos o segundo turno.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Eu sei, Sr. Presidente. Mas o Projeto de Lei nº 985 não está dentro das prioridades encaminhadas pelo Poder Executivo. Aqui há uma prioridade do Poder Executivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu apenas acatei a solicitação para inclusão desses projetos na Ordem do Dia. Apenas isso.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Só quero deixar clara a posição do Partido dos Trabalhadores. Peço a votação imediata, em segundo turno, do projeto que trata do passe livre.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h46min.)